

REVISÃO SISTEMÁTICA, INTEGRATIVA E DE ESCOPO

BARREIRAS E DESAFIOS NOS SERVIÇOS FONOAUDIOLÓGICOS PARA MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO: REVISÃO DE ESCOPO

BARRIERS AND CHALLENGES IN SPEECH AND LANGUAGE THERAPY SERVICES FOR SEXUAL AND GENDER MINORITIES: A SCOPING REVIEW

BARRERAS Y DESAFÍOS EN LOS SERVICIOS DE FONOAUDIOLOGÍA PARA MINORÍAS SEXUALES Y DE GÉNERO: UNA REVISIÓN DE ALCANCE

Marlos Suenney de Mendonça Noronha¹ , Ellen Santos Melo² , Érica Santos Melo³ 

Resumo: Minorias sexuais e de gênero enfrentam barreiras significativas no acesso aos cuidados de saúde, incluindo a assistência fonoaudiológica, muitas vezes devido ao estigma e à discriminação. Essas dificuldades refletem a falta de adequação dos serviços e a insuficiência na formação profissional, o que limita a capacidade de atender às necessidades específicas dessa população. Busca-se investigar a literatura sobre o acesso de minorias sexuais e de gênero aos serviços fonoaudiológicos no contexto brasileiro, com foco na identificação de necessidades e barreiras. A revisão de escopo seguiu a metodologia do Joanna Briggs Institute (JBI) e as diretrizes do PRISMA-ScR. As buscas foram conduzidas em bases de dados, como BVS, PubMed e Scopus, incluindo artigos publicados entre 2015 e 2023, em português, sobre o acesso dessa população à Fonoaudiologia. Seis artigos foram selecionados. Os estudos priorizam a readaptação vocal para pessoas transgêneros e descrevem os serviços disponíveis de forma limitada, sem explorar outras áreas da Fonoaudiologia, como motricidade orofacial e disfagia. Além disso, os achados apontam para a falta de políticas inclusivas e a necessidade de capacitação profissional. A literatura evidencia uma abordagem restrita e a carência de investigações específicas sobre o assunto, evidenciando a necessidade de ampliar pesquisas e investir em ações que promovam um atendimento mais inclusivo e eficaz. A qualificação de profissionais e a eliminação de barreiras de acesso são necessárias para garantir o cuidado integral e equânime à população LGBTQIA+, favorecendo a saúde e o bem-estar.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Fonoaudiologia; Saúde Coletiva.

Abstract: Sexual and gender minorities face significant barriers in accessing healthcare, including speech therapy, often due to stigma and discrimination. These challenges reflect the lack of service adequacy and insufficient professional training, which limits the ability to meet the specific needs of this population. This study seeks to investigate the literature on the access of sexual and gender minorities to speech therapy services in the Brazilian context, focusing on identifying needs and barriers. The scoping review followed the Joanna Briggs Institute (JBI) methodology and the PRISMA-ScR guidelines. Searches were conducted in databases such as BVS, PubMed, and Scopus, including articles published between 2015 and 2023 in Portuguese, on the access of this population to speech therapy. Six articles were selected. The studies prioritise voice adaptation for transgender individuals and describe the available services in a limited way, without exploring other areas of speech therapy, such as orofacial motricity and dysphagia. Furthermore, the findings highlight the lack of inclusive policies and the need for professional training. The literature demonstrates a narrow approach and a lack of specific investigations on the subject, underscoring the need to expand research and invest in actions that promote more inclusive and effective care. The qualification of professionals and the elimination of access barriers are necessary to ensure comprehensive and equitable care for the LGBTQIA+ population, promoting health and well-being.

Keywords: Sexual and gender minorities; Speech and language therapy; Public health.

Resumen: Las minorías sexuales y de género enfrentan barreras significativas en el acceso a la atención médica, incluyendo la logopedia, a menudo debido al estigma y la discriminación. Estas dificultades reflejan la falta de adecuación



¹ Doutor em Ciências da Educação. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Fonoaudiologia, Lagarto, Sergipe, Brasil. marlos@academico.ufs.br

² Graduanda em Fonoaudiologia. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Fonoaudiologia, Lagarto, Sergipe, Brasil. ellenmelo35@gmail.com; ericamelome@gmail.com

de los servicios y la insuficiencia en la formación profesional, lo que limita la capacidad de atender las necesidades específicas de esta población. Se busca investigar la literatura sobre el acceso de las minorías sexuales y de género a los servicios de logopedia en el contexto brasileño, con enfoque en la identificación de necesidades y barreras. La revisión de alcance siguió la metodología del Joanna Briggs Institute (JBI) y las directrices del PRISMA-ScR. Las búsquedas se realizaron en bases de datos como BVS, PubMed y Scopus, incluyendo artículos publicados entre 2015 y 2023, en portugués, sobre el acceso de esta población a la logopedia. Se seleccionaron seis artículos. Los estudios priorizan la readaptación vocal para personas transgénero y describen los servicios disponibles de forma limitada, sin explorar otras áreas de la logopedia, como la motricidad orofacial y la disfagia. Además, los hallazgos apuntan a la falta de políticas inclusivas y la necesidad de capacitación profesional. La literatura evidencia un enfoque restringido y la carencia de investigaciones específicas sobre el tema, destacando la necesidad de ampliar las investigaciones e invertir en acciones que promuevan una atención más inclusiva y eficaz. La cualificación de los profesionales y la eliminación de las barreras de acceso son necesarias para garantizar un cuidado integral y equitativo a la población LGBTQIA+, favoreciendo la salud y el bienestar.

Palabras clave: Minorías sexuales y de género; Terapia del habla y del lenguaje; Salud pública.

Introdução

O movimento LGBTQIA+ representa uma luta contínua por direitos e reconhecimento, englobando indivíduos que se identificam fora das normas cisgênero e heteronormativas. Cada letra da sigla reflete uma diversidade de afetivo-sexuais e identidades de gênero que historicamente enfrentam marginalização e discriminação, impactando diretamente a qualidade de vida e o acesso a serviços essenciais, como a saúde (ACNUR BRASIL, 2017; Reis, 2018; Silva; Rogge; Gasperi, 2023).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que 2,9 milhões de brasileiros adultos se declararam homossexuais ou bissexuais, representando 1,8% da população adulta. Ademais, 1,7 milhão afirmaram desconhecer sua orientação sexual, e 3,6 milhões optaram por não responder, o que aponta para desafios como a autoaceitação e o medo de rejeição no âmbito familiar e social. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022; Ruas; Di Gregório, 2024).

Apesar da garantia constitucional de acesso universal e gratuito à saúde (Brasil, Senado Federal, 1988), a população LGBTQIA+ enfrenta barreiras como discriminação, estigmatização e falta de preparo dos profissionais, comprometendo a qualidade do atendimento (Dias *et al.*, 2025; Jomar *et al.*, 2021).

A Fonoaudiologia, voltada à promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento de alterações na comunicação e deglutição, faz um papel importante no atendimento à população LGBTQIA+, especialmente em questões relacionadas à voz e à expressão de gênero, contribuindo para inclusão social e autonomia (Behlau, 2001; Rebellato, 2023).

Pesquisas destacam múltiplas dificuldades no acesso aos serviços de saúde, incluindo Fonoaudiologia, por exemplo, o estigma, a discriminação e falta de políticas adequadas, agravadas pela concentração geográfica de serviços especializados no SUS (Greene *et al.*, 2018; Bezerra *et al.*, 2019; Pinto; Moraes Rêgo, 2021; Lima; Salgueiro, 2022; Bernardes *et al.*, 2024).

O fonoaudiólogo atua na readequação vocal de pessoas transgênero, alinhando a voz à identidade de gênero e promovendo bem-estar, com intervenções personalizadas (Alves, 2018). A Fonoaudiologia também contribui para a saúde integral da população trans, promovendo aceitação das características vocais (Silva; Oliveira; Silva, 2021).

Apesar dos avanços, há escassez de estudos sobre a prática fonoaudiológica para a população LGBTQIA+ em áreas como motricidade orofacial, linguagem, fala, disfagia, saúde coletiva e audiolgia. No Brasil, apenas 13 estados contam com serviços habilitados para atendimento integral à comunidade trans, totalizando 21 ambulatorios e hospitais (Ministério da Saúde, 2023).

A violência contra a população LGBTQIA+ é alarmante. Em 2023, foram registradas 230 mortes violentas, incluindo assassinatos e suicídios, segundo o Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ (Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, 2024).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem a finalidade de promover a saúde integral e reduzir desigualdades, mas ainda há lacunas na intervenção e na adesão terapêutica. Este estudo busca investigar a literatura sobre o acesso de minorias sexuais e de gênero aos serviços fonoaudiológicos no Brasil, identificando necessidades e barreiras para contribuir com um sistema de saúde mais justo e eficaz.

Metodologia

Trata-se de uma revisão de escopo que visa a mapear as evidências científicas sobre o acesso de minorias sexuais e de gênero aos serviços de Fonoaudiologia no Brasil, identificando lacunas de conhecimento. Seguindo a metodologia de Arksey e O'Malley (2005), a revisão de escopo permite explorar temas emergentes, mapear conceitos e identificar tendências, sem exigir análise crítica detalhada das fontes. A pesquisa adotou as diretrizes do PRISMA-ScR³ e a metodologia do Joanna Briggs Institute (JBI)⁴ para garantir rigor e transparência.

A pergunta orientadora foi: “Quais as principais barreiras enfrentadas no atendimento fonoaudiológico de minorias sexuais e de gênero no Brasil?”. Utilizou-se o acrônimo PCC (População: LGBTQIA+; Conceito: barreiras de acesso; Contexto: Fonoaudiologia no Brasil) para estruturar a busca. O protocolo foi registrado no OSFHOME (doi.org/10.17605/OSF.IO/HNFXJ). Os objetivos específicos incluíram: (i) identificar fatores que reduzem as dificuldades de acesso; (ii) mapear serviços fonoaudiológicos oferecidos à população LGBTQIA+; e (iii) descrever ações fonoaudiológicas em serviços frequentados por essa população.

Foram selecionados artigos científicos completos e cartas ao editor, publicados no período de 2014 a 2024, em português e com acesso livre. A busca foi realizada em três etapas, conforme recomendação do JBI: (1) busca inicial nas bases de dados BVS, Scopus e PubMed; (2) uso de termos do DeCS e palavras-chave, como “minorias sexuais e de gênero AND voz”, “audiologia”, “linguagem”, “motricidade orofacial” e “disfagia”, além de suas versões em inglês; e (3) análise dos artigos.

As informações foram organizadas em um quadro sinóptico, contendo informações como título, autores, ano, revista, objetivos, metodologia, população e principais achados. Essa abordagem permitiu identificar lacunas no atendimento fonoaudiológico à população LGBTQIA+ e avaliar a qualidade dos serviços no SUS, com base nas evidências disponíveis. O estudo busca contribuir para a compreensão das barreiras enfrentadas por essa população e orientar futuras pesquisas e políticas públicas na área.

Resultados e Discussão

A busca realizada nas bases de dados resultou na identificação de 2.017 arquivos, com a seguinte distribuição: 1.113 da PubMed, 77 da BVS e 827 da Scopus. Após a exclusão das duplicações e a triagem dos estudos, aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão, 6 artigos foram selecionados para compor a amostra desta pesquisa. O processo de seleção seguiu as diretrizes do fluxograma adaptado do PRISMA, que se divide em três etapas principais: identificação, elegibilidade e inclusão, conforme ilustrado na Figura 1.

Os estudos analisados concentram-se na temática LGBTQIA+, com maior atenção às populações transexual e *queer*, que se destacam como as mais estudadas no contexto da Fonoaudiologia e das minorias sexuais e de gênero.

Na década de 1980, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) classificava a transexualidade como um transtorno psiquiátrico, utilizando o termo “transexualismo” (Butler, 2009). Porém, a quinta edição do DSM, que está em vigor desde 2013 até os dias atuais, não considera mais a transexualidade um transtorno de identidade de gênero, embora ainda inclua a disforia de gênero como uma condição relacionada.

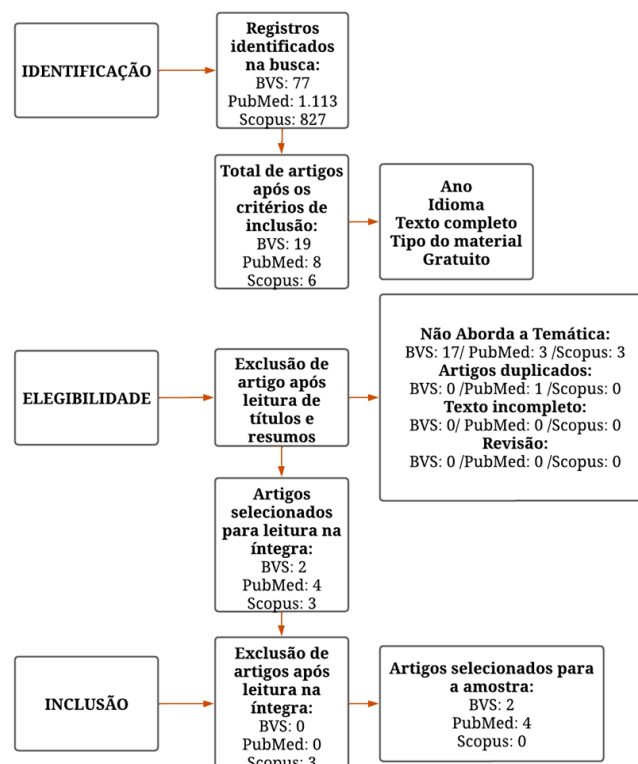
Desde 2018, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) deixou de considerar os indivíduos trans como portadores de transtornos mentais, adotando o termo

³As diretrizes para revisões de escopo PRISMA-ScR estão disponíveis em: <https://www.prisma-statement.org/scoping> (acesso em 03 jul. 2025).

⁴Detalhes sobre a metodologia para revisões de escopo do Joanna Briggs Institute (JBI) podem ser consultados em: <https://jbiglobalwiki.refined.site/space/MANUAL/355862497/10.+Scoping+reviews> (acesso em 03 jul. 2025).

"incongruência de gênero". Apesar desses avanços, termos preconceituosos como "transexualismo" ainda são encontrados na literatura científica, tanto nacional quanto internacional. Em 2021, o Manual de Comunicação LGBTI+ reforçou que o termo "homossexualismo" é inadequado e estigmatizante, pois sugere doença ou anormalidade. Estudos mais recentes passaram a utilizar o termo "homossexualidade", relacionando-o à orientação sexual do indivíduo, e essa mudança terminológica foi estendida a outros grupos minoritários de gênero e sexualidade (Reis; Cazal, 2021).

Figura 1 – Fluxograma Prisma adaptado



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Essas evidências sublinham a importância de reconhecer a população LGBTQIA+ como um movimento diversificado e rico, composto por uma variedade de indivíduos e práticas. Esse movimento busca transformar o cenário cultural, garantir e ampliar direitos, além de combater as violências decorrentes da discriminação e do ódio dirigidos àqueles que fogem dos padrões de gênero e sexualidade (Pereira, 2016).

No Brasil, a elaboração de políticas públicas de saúde voltadas para minorias sexuais e de gênero começou com o apoio de ONGs e da própria comunidade. Posteriormente, governos progressistas passaram a implementar essas políticas, visando a garantir visibilidade a uma minoria historicamente marginalizada, promover a divulgação de informações, incentivar denúncias de casos de preconceito e violência, e oferecer um atendimento qualificado e específico no sistema de saúde (Gonçalves *et al.*, 2024).

Diante dos impactos negativos da discriminação e exclusão na saúde da população LGBTQIA+, a Política Nacional de Saúde Integral para essa comunidade foi criada com a finalidade de minimizar desigualdades por meio de mudanças na determinação social da saúde. Essa política reafirma o alinhamento do SUS aos princípios de universalidade, integralidade e participação social, englobando ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. Paralelamente, estimula a geração de conhecimento e fortalece a representatividade dessa população nos domínios da participação popular (Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Ministério da Saúde, 2013).

Os autores dos estudos analisados incluem profissionais de diversas áreas, como psicologia, psiquiatria, terapia ocupacional, fonoaudiologia e enfermagem obstétrica. Os artigos selecionados foram publicados em revistas de diferentes áreas, como CoDAS, Diagnóstico e Tratamento, Interface - Comunicação, Saúde, RBSh 2025, 36, e1283, 1-16

Educação, e Revista Gaúcha de Enfermagem. As pesquisas foram realizadas em cidades como São Paulo (SP), Botucatu (SP), Lagarto (SE), Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (RJ), conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1 – Título, ano, autores, nome da revista e local de estudo dos artigos inclusos nesta pesquisa, sobre o Acesso à Fonoaudiologia por Minorias Sexuais e de Gênero

Título	Ano	Autores	Revista	Local
A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde	2023	FLEURY, H. <i>et al.</i>	Diagnóstico e Tratamento.	São Paulo (SP)
Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade <i>queer</i> : contribuições para a prática inclusiva	2023	BOLISSIAN, A. M. <i>et al.</i>	Interface - Comunicação, Saúde, Educação.	Botucatu (SP)
Adaptação transcultural para o português brasileiro do vocal <i>congruence scale</i> e <i>transgender congruence scale</i>	2023	IRINEU, R. A. <i>et al.</i>	CoDAS	São Paulo (SP)
A redesignação vocal em pessoas trans	2017	DORNELAS, R. <i>et al.</i>	CoDAS	Lagarto (SE)
Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo	2015	ANALÍDIA, R. P.	Revista Gaúcha de Enfermagem	(RS)
Tradução e avaliação preliminar da versão em português do questionário de autoavaliação vocal para transexuais de homem para mulher	2015	SANTOS, H. H. <i>et al.</i>	CoDAS	Rio de Janeiro (RJ)

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A Tabela 2 apresenta os objetivos dos estudos analisados, que incluem investigar sobre os aspectos psicossociais e sexuais de pessoas transgêneros e fornecer orientações para profissionais de saúde; refletir sobre a relevância da linguagem neutra no contexto do aleitamento humano, sob a ótica da interseccionalidade *queer*; realizar a adaptação transcultural para o português brasileiro dos instrumentos *Vocal Congruence Scale* (VCS) e *Transgender Congruence Scale* (TCS); capacitar profissionais de saúde para promover o acesso equitativo e inclusivo aos serviços de saúde para essa população; investigar as trajetórias de mulheres transexuais em relação à hormonioterapia e à cirurgia de redesignação sexual no Processo Transexualizador; e desenvolver a versão em português do *Transgender Voice Questionnaire for Male to Female Transsexuals* (TVQ:MtF), avaliando sua aplicabilidade e validade no contexto brasileiro.

Ao analisar os artigos, constatou-se que os objetivos dos estudos raramente detalham os serviços fonoaudiológicos disponíveis para a população LGBTQIA+. Quando mencionados, esses serviços são tratados de forma superficial, concentrando-se predominantemente na readequação vocal, o que resulta na negligência e outras demandas importantes desse grupo. Essa fragilidade na literatura científica demonstra a carência de pesquisas aprofundadas sobre o tema.

Os dados indicam que, apesar da população LGBTQIA+ enfrentar diversas questões fonoaudiológicas, como alterações audiológicas, na fala, linguagem, motricidade orofacial e psicossociais relacionados à comunicação, a produção científica e a prática profissional permanecem centradas quase exclusivamente na readequação vocal para pessoas transgênero (Leal *et al.*, 2023; Depolli; Guimarães; Moreti, 2025). Tal limitação evidencia a necessidade de ampliar as investigações, discutir a formação acadêmica e aprimorar os serviços fonoaudiológicos, de modo a contemplar as demandas da população LGBTQIA+, visando a oferecer um atendimento eficaz, acolhedor e sensível às especificidades individuais (Trevizani; Guimarães; Moreti, 2025; Santos Júnior; Oliveira, 2024).

Silva *et al.* (2021) comentam a ideia de um atendimento fonoaudiológico amplo e inclusivo, destacando a importância de explorar áreas como motricidade orofacial, linguagem, fala, disfagia, saúde coletiva e audiologia. Uma abordagem holística é necessária para responder às demandas da população LGBTQIA+, promovendo um amplo e bom atendimento.

Tabela 2 – Título e objetivos dos artigos inclusos nesta pesquisa, sobre o Acesso à Fonoaudiologia por Minorias Sexuais e de Gênero

Título	Objetivo
A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde	Levantar aspectos psicossociais e sexuais de indivíduos transgêneros e trazer algumas recomendações para os profissionais de saúde que trabalham com essa população.
Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade <i>queer</i> : contribuições para a prática inclusiva	Refletir sobre a importância da linguagem neutra no campo do aleitamento humano, a partir da perspectiva da interseccionalidade <i>queer</i> .
Adaptação transcultural para o português brasileiro do vocal <i>congruence scale</i> e <i>transgender congruence scale</i>	Realizar a adaptação transcultural dos instrumentos Vocal <i>Congruence Scale</i> (VCS) e o <i>Transgender Scale Congruence</i> (TSC) para o português brasileiro.
A redesignação vocal em pessoas trans	Capacitar profissionais visando a facilitar o acesso à saúde desta população.
Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo	Busca-se compreender as experiências de mulheres transexuais em relação à hormonioterapia e à cirurgia de redesignação sexual que constituem o Processo Transexualizador.
Tradução e avaliação preliminar da versão em português do questionário de autoavaliação vocal para transexuais de homem para mulher	O propósito deste estudo é desenvolver a versão em língua portuguesa do questionário de autoavaliação vocal TVQ:MtF (<i>Transgender Voice Questionnaire for male to female Transsexuals</i>), bem como verificar a aplicabilidade do instrumento para uso no Brasil.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A Tabela 3 apresenta os aspectos metodológicos dos artigos analisados, que incluem pesquisas qualitativas, revisões teóricas, ensaios teóricos, pesquisas metodológicas e abordagens qualitativas e exploratórias. A pesquisa qualitativa, conforme Almeida (2021), baseia-se na observação e interpretação de fenômenos sociais, sem o uso de fórmulas matemáticas, enquanto o método quantitativo utiliza dados estatísticos, como porcentagens e médias, para análise.

O ensaio teórico, segundo Severino (2014), é um estudo discursivo e reflexivo, permitindo maior liberdade ao autor para defender suas posições. Já a revisão teórica, conforme Boccato (2006), atualiza o conhecimento sobre um tema, exigindo planejamento sistemático. A pesquisa metodológica, de acordo com Gil (2008), foca no desenvolvimento e aprimoramento de métodos científicos, enquanto a pesquisa exploratória, como destacado por Severino (2014), mapeia condições e serve como base para estudos explicativos.

Na categoria de população estudada, observou-se maior participação de mulheres trans, seguidas por homens trans, pessoas não binárias, *drag queens* e travestis. Para esclarecer as nomenclaturas, é importante destacar alguns conceitos. A palavra “lésbica” designa mulheres cisgêneras ou transgêneras que mantêm relações afetivas ou sexuais com outras mulheres, tendo sido ressignificado como símbolo de orgulho (Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024). “Gay” descreve homens cisgêneros ou transgêneros que se relacionam com outros homens, também ressignificado como representação de orgulho (Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024).

A bissexualidade é definida como a atração afetiva ou sexual por indivíduos de mais de um gênero, com variações na intensidade desses sentimentos (Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024). Já a transexualidade abrange indivíduos cuja identidade de gênero difere daquela identidade designada a essa pessoa ao nascer, incluindo mulheres trans, homens trans e travestis (Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024). O termo “*queer*” descreve identidades e expressões de gênero e sexualidade fora das normas tradicionais, originalmente pejorativo, mas ressignificado como símbolo de resistência (Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024).

A intersexualidade diz respeito a pessoas cujas características sexuais biológicas e/ou fisiológicas não se enquadram nas noções binárias de masculino ou feminino (Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas

LGBTQIA+, 2024). A assexualidade é definida pela ausência parcial ou total de atração sexual, abrangendo identidades onde o sexo não é central (Reis; Cazal, 2021). A pansexualidade caracteriza-se pela atração por pessoas independentemente de identidade de gênero ou sexo biológico, rejeitando a divisão binária (Marshall Cavendish Corporation, 2010).

Pessoas não binárias transcendem as categorias tradicionais de homem e mulher, expressando identidades fluidas ou neutras (Reis; Pinho, 2016; Reis; Cazal, 2021). O símbolo “+” na sigla LGBTQIA+ representa a diversidade de identidades e expressões ainda não plenamente reconhecidas, refletindo a fluidez e a pluralidade das experiências humanas (Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024; Reis; Cazal, 2021).

A análise dos artigos revelou uma predominância de estudos focados em indivíduos transgêneros, com alguns também incluindo cisgêneros e pessoas não binárias. Essa diversidade reflete a complexidade e a pluralidade acerca das construções das expressões e identidades de gênero.

Tabela 3 – Título, metodologia, população e gênero dos artigos inclusos nesta pesquisa, sobre o Acesso à Fonoaudiologia por Minorias Sexuais e de Gênero

Título	Metodologia	População	Gênero
A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde	Qualitativa, Revisão teórica.	Transgênero	Transgêneros
Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade <i>queer</i> : contribuições para a prática inclusiva	Qualitativa, Ensaio Teórico.	LGBTQIA+	Cisgênero, transgênero e não binário
Adaptação transcultural para o português brasileiro do vocal <i>congruence scale</i> e <i>transgender congruence scale</i>	Quantitativa, Pesquisa de adaptação transcultural.	Transgênero	Transgêneros
A redesignação vocal em pessoas trans	Abordagem qualitativa e exploratória	Transgênero	Transgêneros
Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo	Abordagem qualitativa e exploratória.	Transgênero	Cisgênero, transgênero e não binário
Tradução e avaliação preliminar da versão em português do questionário de autoavaliação vocal para transexuais de homem para mulher	Tradução e avaliação preliminar da versão em português do Questionário de Autoavaliação Vocal para Transexuais de Homem para Mulher.	Transgênero	Transgênero

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O conceito de gênero, que surgiu nos anos 1970 sob a influência do movimento feminista, foi desenvolvido para distinguir a dimensão biológica da social, conforme destacado por Carrara *et al.* (2009). Apesar da espécie humana ser composta por machos e fêmeas, as formas de ser homem e mulher são culturalmente definidas, apontando que o gênero não é uma característica biológica fixa, mas uma construção social tomada por conjunturas culturais e relações de poder. Reis e Cazal (2021) ampliam essa visão, afirmando que as identidades e expressões de gênero transcendem a dicotomia homem-mulher, abrangendo uma diversidade que reconhece a complexidade e fluidez das experiências humanas.

A análise dos estudos sobre o acesso de minorias sexuais e de gênero aos serviços fonoaudiológicos no Brasil, apresentada na Tabela 4, destacou a necessidade de aprimorar questionários traduzidos para o português, adaptando-os ao contexto brasileiro. Irineu *et al.* (2023) e Santos *et al.* (2014) corroboram essa necessidade, demonstrando a confiabilidade dos instrumentos para uso clínico e em pesquisas, mas recomendam estudos futuros com amostras maiores para fortalecer sua validade.

No campo da terapia vocal, Dornelas *et al.* (2017) evidenciaram os benefícios dos exercícios vocais para

mulheres trans, apontando alta demanda por adequação vocal. Já entre homens trans, a baixa procura por atendimento vocal foi atribuída à eficácia da hormonioterapia na modificação da voz, com 90% dos casos obtendo sucesso com intervenções comportamentais, reduzindo a necessidade de cirurgias. No entanto, há escassez de dados sobre intervenções vocais específicas para homens trans, indicando a necessidade de mais pesquisas.

Tabela 4 – Título e resultados dos artigos inclusos nesta pesquisa, sobre o Acesso à Fonoaudiologia por Minorias Sexuais e de Gênero

Título	Resultados
A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde	Indivíduos transgêneros enfrentam invisibilidade devido à falta de conhecimento e preconceitos. O atendimento deve ser acolhedor, educativo, não preconceituoso e respeitar suas individualidades, considerando suas histórias de sofrimento e violência.
Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade <i>queer</i> : contribuições para a prática inclusiva	A língua e a linguagem, frutos de construções sociais e culturais, podem ser modificadas. Desconstruir a perspectiva normativa da amamentação por meio da linguagem é essencial para um cuidado em saúde equitativo e acessível.
Adaptação transcultural para o português brasileiro do vocal <i>congruence scale</i> e <i>transgender congruence scale</i>	A versão brasileira do questionário <i>TVQ</i> demonstrou elevada consistência interna e confiabilidade teste-reteste, sendo considerada uma ferramenta válida para a autoavaliação vocal de transexuais de homem para mulher. O instrumento mostrou potencial para uso clínico e em pesquisas, mas estudos futuros com amostras maiores são essenciais para consolidar sua aplicabilidade no cenário brasileiro.
A redesignação vocal em pessoas trans	Exercícios de função vocal não apresentam resultados satisfatórios para mulheres trans. Entre homens trans, a demanda por atendimento vocal é menor em comparação às mulheres trans, o que pode ser explicado pelo impacto positivo da hormonioterapia na voz. A hormonioterapia aliada à terapia comportamental é eficaz para 90% dos homens trans, reduzindo a indicação de cirurgia nas pregas vocais. Propõe-se a realização de estudos sobre intervenções vocais voltadas para homens trans.
Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo	Os processos de transformação para a construção do corpo feminino incluem a adequação do comportamento, postura, empostação da voz, uso de hormônios, dilatação do canal vaginal e eventuais complicações cirúrgicas. Essas mudanças submetem o corpo a uma reconstrução alinhada à identidade de gênero idealizada, trazendo consigo uma combinação de prazeres e sofrimentos.
Tradução e avaliação preliminar da versão em português do questionário de autoavaliação vocal para transexuais de homem para mulher	As propriedades psicométricas robustas identificadas neste estudo mostram que o <i>TVQ:MtF</i> (versão traduzida) é uma ferramenta eficiente para a avaliação da voz em indivíduos transgêneros, com aplicabilidade clínica e em pesquisas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Petry (2015) explorou os processos de transformação corporal em mulheres transsexuais, abordando aspectos como postura, empostação vocal, uso de hormônios e complicações cirúrgicas. Esses processos, embora alinhem o corpo à identidade de gênero, enfrentam desafios como barreiras no acesso a serviços especializados e refletem a dualidade de prazeres e sofrimentos vividos na busca por congruência corporal e identitária.

Esses achados reforçam a importância de adaptar os serviços médicos e especializados às necessidades específicas deste grupo populacional, garantindo um atendimento inclusivo e eficaz.

Estudos como os de Carrara *et al.* (2009), Ferreira (2021), Almeida e Oliveira (2020) e Reis e Cazal (2021) destacam a indispensabilidade de adaptar os serviços médicos e especializados às demandas da população transgênero, evidenciando a complexidade das transformações corporais e vocais e a urgência de

ampliar o acesso a cuidados inclusivos.

Sanchez e Mesquita (2012) mostram que o conceito de acesso à saúde evoluiu, passando de fatores geográficos e financeiros, na década de 1970, para incluir dimensões culturais, educacionais, socioeconômicas e a aceitabilidade. Eles enfatizam o papel da informação como ferramenta de empoderamento, permitindo decisões informadas sobre cuidados de saúde. O acesso à saúde é estruturado em quatro dimensões interligadas, abrangendo disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento e acesso à informação.

Zica (2024) observa que, apesar de o Decreto nº 8.727/2016 garantir o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero, práticas como o desrespeito ao nome social ainda ocorrem, mostrando uma distância entre os direitos assegurados e a realidade nos serviços de saúde. Além disso, 1,7 milhão afirmaram não saber sua orientação sexual, e 3,6 milhões optaram por não responder, evidenciando desafios de autoaceitação e medo de rejeição familiar e social.

Santos (2016) classifica as barreiras ao acesso à saúde para pessoas trans em três categorias: socioestruturais (preconceito e exclusão social), pessoais (medo de discriminação e falta de informação) e programáticas (inadequação dos serviços e despreparo dos profissionais). Essas barreiras resultam em situações que vão desde o desrespeito ao nome social até a recusa de atendimento, perpetuando a discriminação.

Almeida e Oliveira (2017) reforçam que a discriminação contribui diretamente para o adoecimento da população LGBTQIA+, afastando indivíduos do mercado de trabalho, das escolas e dos serviços de saúde. Essas experiências geram resistência e bloqueios emocionais como formas de autoproteção.

Esses dados ressaltam a necessidade de criar políticas e práticas que fomentem a inclusão e a equidade no acesso à saúde, proporcionando um cuidado integral e respeitoso às especificidades da população LGBTQIA+, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Título e limitações dos artigos inclusos nesta pesquisa, sobre o Acesso à Fonoaudiologia por Minorias Sexuais e de Gênero

Título	Limitações
A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde	A ausência de dados empíricos originais é uma limitação significativa, uma vez que o estudo se baseia somente em literatura secundária, sem novas coletas de dados ou análises de campo. Isso restringe a aplicação prática das recomendações, que dependem de contextos e recursos nem sempre disponíveis em todos os serviços de saúde.
Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade <i>queer</i> : contribuições para a prática inclusiva	A adoção da linguagem neutra e o suporte aos processos de lactação ainda encontram resistência nos serviços de saúde, estruturados em modelos heteronormativos. A ausência de preparo dos profissionais de saúde para lidar com as necessidades específicas da população LGBTQIA+ limita a efetivação das reflexões propostas.
Adaptação transcultural para o português brasileiro do <i>vocal congruence scale</i> e <i>transgender congruence scale</i>	Entre as limitações do estudo estão o pequeno número de participantes (13 transexuais de homem para mulher) e a variação no intervalo de tempo entre o teste e o reteste, que, embora não tenha prejudicado a estabilidade das respostas, não foi ideal. Além disso, dificuldades de contato e disponibilidade dos participantes afetaram a coleta de dados.
A redesignação vocal em pessoas trans	A ausência de evidências empíricas que comprovem a eficácia de alguns métodos de intervenção vocal para pessoas trans, sobretudo para mulheres trans, é uma limitação, uma vez que os exercícios de função vocal não parecem atingir os resultados desejados.
Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo	A amostra foi restrita a mulheres transexuais que já haviam sido submetidas à cirurgia e não estavam mais em acompanhamento hospitalar, conforme os critérios de inclusão estabelecidos.
Tradução e avaliação preliminar da versão em português do questionário de autoavaliação vocal para transexuais de homem	O baixo número de participantes na amostra é justificado por dificuldades de contato, como trocas frequentes de números de telefone, alto índice de faltas aos agendamentos e pouca disponibilidade de horários devido às rotinas de trabalho. Além disso,

para mulher	o intervalo entre o teste e o reteste não foi o ideal, já que muitos participantes tiveram dificuldades em comparecer nas datas solicitadas, agendando datas fora do intervalo planejado.
-------------	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A realidade atual reforça a urgência de debater sobre gênero e sexualidade na formação dos profissionais de saúde, como fonoaudiólogos, preparando-os para atender às necessidades desta população. Conforme destacado por Medeiros de Almeida e Oliveira (2020), a Fonoaudiologia ainda não reconhece plenamente a necessidade de uma atenção especializada a essa população. A implementação de políticas públicas e ações afirmativas, como proposto por Fernandes (2023), é fundamental para reduzir desigualdades e garantir um atendimento integral e inclusivo, respeitando a diversidade de gênero e as trajetórias individuais.

A análise dos estudos revelou desafios significativos, como a falta de dados específicos sobre essa população e a insuficiência na formação dos fonoaudiólogos para enfrentar questões ligadas à diversidade sexual e de gênero, Tabela 6. Muitas pesquisas não consideram essas variáveis, comprometendo a precisão dos resultados. Além disso, a discriminação e o preconceito, apontados por Melo, Bota e Santos (2020), ainda são obstáculos para o acesso a serviços médicos e especializados, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade.

A transgeneridade, em particular, é um tema complexo na Fonoaudiologia, especialmente na área da voz, onde a atuação com esse público ainda é recente, como observado por Silva Ferreira (2021). Dificuldades como a baixa representatividade em estudos e a rotatividade de participantes, mencionadas por Almeida e Oliveira (2020), também limitam a consistência das pesquisas. Essas lacunas destacam a importância de investigações que explorem as barreiras e as possibilidades de atuação fonoaudiológica para a população LGBTQIA+.

Tabela 6 – Título e considerações dos artigos inclusos nesta pesquisa, sobre o Acesso à Fonoaudiologia por Minorias Sexuais e de Gênero

Título	Considerações
A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde	A população trans enfrenta obstáculos como a falta de profissionais qualificados, o estigma social e as barreiras no acesso à saúde. Recomenda-se um atendimento humanizado, educação sobre disforia de gênero e sexualidade trans, e a adaptação dos sistemas de saúde para reconhecer nomes sociais e garantir tratamentos de afirmação de gênero.
Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade <i>queer</i> : contribuições para a prática inclusiva	A adoção de linguagem inclusiva, a capacitação profissional e a aplicação da interseccionalidade <i>queer</i> podem impulsionar cuidados equânimes no aleitamento humano, redefinindo as práticas de saúde para garantir justiça social e reprodutiva às pessoas LGBTQIA+.
Adaptação transcultural para o português brasileiro do <i>vocal congruence scale</i> e <i>transgender congruence scale</i>	As escalas <i>Vocal Congruence Scale (VCS)</i> e <i>Transgender Congruence Scale (TCS)</i> foram adaptadas para o português brasileiro, resultando na Escala de Congruência Vocal e na Escala de Congruência da Pessoa Transgênero. Esses instrumentos são compreensíveis e apropriados para o público transgênero, facilitando avaliações fonoaudiológicas mais específicas e pesquisas sobre congruência de gênero em aspectos vocais e corporais.
A redesignação vocal em pessoas trans	A terapia fonoaudiológica é indispensável para a saúde vocal e a comunicação de pessoas trans, levando em conta o contexto social e a despatologização das identidades trans. No caso dos homens trans, o tratamento hormonal resulta em melhorias vocais relevantes, muitas vezes reduzindo a necessidade de procedimentos invasivos.
Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo	O Processo Transexualizador é uma transformação profunda, que envolve hormonioterapia e cirurgia, gerando mudanças físicas e emocionais. As participantes relataram vivências de sofrimento e prazer ao adaptar o corpo à identidade de gênero desejada, enfatizando a relevância dos procedimentos terapêuticos para alinhar aparência e expressão ao gênero feminino, promovendo

	reconhecimento e legitimidade social.
Tradução e avaliação preliminar da versão em português do questionário de autoavaliação vocal para transexuais de homem para mulher	A versão brasileira do questionário TVQ: MtF mostrou-se consistente e confiável, sendo recomendada tanto para uso clínico quanto para pesquisas na autoavaliação de pacientes transexuais HPM (Homem para Mulher).

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A heteronormatividade, conceito introduzido por Warner (1991), que privilegia a heterossexualidade como padrão, ainda influencia as práticas de saúde, marginalizando outras identidades de gênero e orientações sexuais. Para superar essas barreiras, é essencial investir na capacitação dos profissionais, na criação de protocolos especializados e na ampliação de espaços de acolhimento, como sugerido por Lopes Filho (2024). A terapia fonoaudiológica, por exemplo, deve ir além da técnica, promovendo a despatologização das identidades trans, conforme destacado por Dornelas *et al.* (2017), e garantindo um atendimento acolhedor e respeitoso. A atualização constante dos profissionais e a adoção de práticas inclusivas, como defendido por Fleury, Faria e Najjar (2023), são passos fundamentais para assegurar um acesso justo e de excelência aos cuidados de saúde.

Em consonância com essas abordagens, Bolissian (2023) defende que as práticas de saúde devem ser analisadas sob a perspectiva da interseccionalidade *queer*, uma visão que desconstrói a heterocisnormatividade. Essa abordagem propõe, por exemplo, o uso de linguagem neutra em contextos como o aleitamento humano, visando a promover um cuidado mais equitativo e inclusivo.

Petry (2015) abordou o Processo Transexualizador, destacando-o como uma experiência transformadora que envolve hormonioterapia e cirurgia, gerando mudanças físicas e emocionais. As participantes do estudo relataram desafios, mas também gratificação ao adaptar seus corpos à identidade de gênero desejada. Embora as complicações sejam um obstáculo, os procedimentos foram considerados essenciais para alinhar aparência e expressão ao gênero feminino, fortalecendo o reconhecimento e a legitimidade social.

Irineu *et al.* (2023) e Santos *et al.* (2014) contribuíram com a tradução e adaptação transcultural de questionários vocais para o português brasileiro. Esses instrumentos demonstraram consistência e confiabilidade, sendo adequados tanto para uso clínico quanto em pesquisas de autoavaliação com pacientes transexuais/transgêneros.

Diante disso, é crucial ampliar a conscientização sobre a terapia fonoaudiológica para a população LGBTQIA+. A revisão dos estudos mostra que a atuação fonoaudiológica ainda é limitada, tanto entre profissionais quanto na percepção da população. Incluir temas sobre pluralidade de gênero e sexualidade nos currículos de formação dos fonoaudiólogos pode reduzir essa lacuna. Além disso, campanhas informativas e educativas direcionadas ao público LGBTQIA+ podem incentivar a busca por serviços fonoaudiológicos, garantindo que essas pessoas recebam o cuidado adequado.

Conclusão

As minorias sexuais e de gênero demandam cuidados específicos e adaptados, mas enfrentam impasses no acesso aos serviços fonoaudiológicos, como a falta de formação especializada dos profissionais e a escassez de estudos sobre o tema. A revisão de escopo realizada identificou que essas dificuldades refletem questões estruturais, como a heteronormatividade e a insuficiência de políticas públicas inclusivas. Embora o Decreto nº 8.727/2016 garanta o uso do nome social, sua aplicação ainda é inconsistente, perpetuando práticas discriminatórias.

Para superar esses desafios, é essencial adotar medidas como a criação de guias clínicos, capacitações sobre linguagem neutra e uso do nome social, e o desenvolvimento de materiais informativos sobre direitos no SUS. Além da readequação vocal, o fonoaudiólogo pode atuar em áreas como motricidade orofacial, disfasia, audiologia e linguagem, promovendo um atendimento integral e inclusivo.

A literatura científica ainda é limitada, com poucos estudos abordando as necessidades específicas dessa

população, especialmente em áreas além da voz. Essa lacuna reflete a falta de priorização do tema na pesquisa e a persistência de estigmas sociais. Futuras pesquisas devem explorar barreiras regionais, necessidades de subgrupos (como idosos LGBTQIA+) e a efetividade de programas de capacitação, além de desenvolver tecnologias e políticas públicas que ampliem o acesso aos serviços fonoaudiológicos.

A promoção de um atendimento equitativo e livre de preconceitos é primordial para garantir a saúde e o bem-estar de minorias sexuais e de gênero, destacando a relevância de práticas inclusivas e da formação profissional alinhada às demandas reais. A formação em Fonoaudiologia deve incorporar temas relacionados à diversidade, ao uso de linguagem inclusiva e à adaptação das práticas clínicas às necessidades específicas dessas pessoas. Isso envolve, por exemplo, acolher os pacientes transgênero, respeitar seus pronomes e considerar as particularidades da linguagem ligadas à expressão de gênero e identidade. Para ampliar o alcance desse cuidado, é necessário a atualização dos currículos acadêmicos e que protocolos específicos sejam desenvolvidos, preparando os profissionais para ir além do foco tradicional na readequação vocal. Essa mudança fortalece a atuação fonoaudiológica e reforça o compromisso ético com a inclusão e o reconhecimento da diversidade humana.

Referências

ACNUR BRASIL. *Cartilha informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTI*. Brasília, DF: Campanha Livres & Iguais, 2017. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-informativa-sobre-a-prote%C3%A7%C3%A3o-de-pessoas-refugiadas-e-solicitantes-de-ref%C3%BAgio-LGBTI_ACNUR-2017.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

ALMEIDA, I. D. *Metodologia do trabalho científico*. Recife: Ed. UFPE, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/49435/1/METODOLOGIA%20DO%20TRABALHO%20CIENTIFICO.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ALMEIDA, J.; OLIVEIRA, L. *A fonoaudiologia no cuidado à população LGBT: da formação à atuação*. João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28371>. Acesso em: 5 jan. 2025.

ALVES, J. S. *Efeitos da terapia fonoaudiológica na voz de mulheres transexuais*. 2018. Monografia (Graduação em Fonoaudiologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/8351/3/Efeitosterapiafonoaudiol%C3%B3gica_Alves_2018. Acesso em: 12 nov. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>. Acesso em: 26 out. 2024.

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. *JB1 manual for evidence synthesis*. Sidney: JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 26 out. 2024.

BEHLAU, M. *Voz: o livro do especialista*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. 349 p.

BERNARDES, L. M. et al. “Estão fazendo a egípcia”: invisibilidade da população LGBTQIA+ no acesso à atenção primária à saúde. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 6, p. e5099, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5099>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BEZERRA, M. V. D. R. et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. *Saúde em Debate*, v. 43, n. 8, p. 305-323, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 265-274, RBSH 2025, 36, e1283, 1-16

2006. Disponível em:

https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf Acesso em: 26 out. 2024.

BOLISSIAN, A. M. et al. Aleitamento humano e a perspectiva da interseccionalidade queer: contribuições para a prática inclusiva. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 27, p. 13, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220440> . Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. *Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019*. Agência IBGE de Notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*, 29 abr. 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. *Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+*. Volume I. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, p. 95-126, 2009.

CARRARA, S. et al. (Orgs.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professores/as em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. *Código de Ética da Fonoaudiologia*. 2021. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/legislac%CC%A7a%CC%83o/codigo-de-etica/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DEPOLLI, G. T.; GUIMARÃES, M. F.; MORETI, F. A voz da diversidade: a Fonoaudiologia no mês do orgulho LGBTQIAPN+. *Revista CEFAC*, v. 26, p. e5324, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20242665324s> . Acesso em: 3 jul. 2025.

DIAS, W. de P. et al. Pessoas trans e travestis em situação de rua em Salvador: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e de acesso aos serviços socioassistenciais e de saúde, 2021 e 2022. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 33, p. e2024515, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2024.v33nspe1/e2024515/pt/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

DORNELAS, R.; GRANZOTTI, R. B. G.; LEITE, A. F. dos S.; SILVA, K. A. Redesignação vocal em pessoas trans. *CoDAS*, v. 29, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20172016168> .Acesso em: 18 nov. 2024.

FERNANDES, L. S. *A formação do fonoaudiólogo e a integralidade no cuidado à população LGBTQIAPN+ : uma revisão integrativa*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fonoaudiologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/276048>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FLEURY, H. J.; BINES, B. F. V.; ABDO, C. H. N. A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde. *Diagnóstico & Tratamento*, p. 117–120, 2023. Disponível em: https://docs.bvsa-lud.org/biblioref/2023/11/1517919/rdt_v28n3_117-120.pdf .Acesso em: 08 ago. 2024.

GASTALDI, A. B. F.; BENEVIDES, B.; COUTINHO, G. *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis: Acontece, ANTRA e ABGLT, 2023.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. E. S. F. et al. Políticas públicas de saúde para a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil: revisão bibliográfica. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 7, n. 2, p. e67763, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67763>. Acesso em: 2 nov. 2024.

GREENE, M. Z. et al. Comparing medical, dental, and nursing students' preparedness to address lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer health. *PLoS One*, v. 13, n. 9, p. e0204104, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0204104>. Acesso em: 20 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Saúde*, 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 24 p.

IRINEU, R. de A. et al. Adaptação transcultural para o português brasileiro do Vocal Congruence Scale e Transgender Congruence Scale. *CoDAS*, v. 36, n. 2, p. 8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20232023050pt>. Acesso em: 05 dez. 2024.

JOMAR, R. T. et al. Prevalência de discriminação percebida por orientação sexual nos serviços de saúde do Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 29, p. 187-198, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/TK5dm3s9wB8WBkDMxpcMwkt/>. Acesso em: 4 set. 2024.

LEAL, G. C. et al. Atendimento fonoaudiológico à população transgênera: um relato de experiência. *Medicina*, v. 56, n. 3, p. e-203887, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rmrp/article/view/203887>. Acesso em: 3 jul. 2025.

LIMA, R. A. F. de; SALGUEIRO, C. D. B. L. Atenção à saúde da população LGBTQIA+ visando o acesso integral aos serviços de saúde. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 12, p. e376111234597, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34597>. Acesso em: 4 set. 2024.

LOPES FILHO, E. *Criação de protocolo de atendimento à população transgênero, travesti e com vivências de variabilidade de gênero da Unidade de Saúde Santa Cecília*. 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/276623>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MARSHALL CAVENDISH CORPORATION. *Sex and society*. 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=YtsxeWE7VD0C&pg=PA593&lpg=PA593&dq=Pansexuality&source=bl&ots=YYqrMAWKKC&sig=ND_-SUQUyuN7Bw6e7w-v9pBYmRk&hl=en&sa=X&ei=ct9rUPCoKOTO2AWN7-oHIAw&redir_esc=y#v=onepage&q=Pansexuality&f=false. Acesso em: 24 set. 2024.

MELO, M.; BOTA, P.; SANTOS, J. *Diferenças, discriminações e desigualdades: estudos sobre minorias sexuais*. In: BARROS, M. F. L. de; GATO, A. P. (orgs.). *Desigualdades*. Évora: Publicações do Cidehus, 2020. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/13577>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MIRO. *Modelo de quadro sinótico*. [s.d.]. Disponível em: <https://miro.com/pt/modelos/quadro-sinotico/>. Acesso em: 1 out. 2024.

NETO, J. C. et al. Acesso e uso dos sistemas de saúde pela população LGBTQIAPN+ sob a ótica do cuidado biopsicossocial. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 47, n. 3, p. 149-167, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2023.v47.n3.a3768>. Acesso em: 27 jan. 2025.

O GLOBO. *Somente 13 estados brasileiros possuem serviços do SUS voltados para pessoas trans*. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/10/02/somente-13-estados-brasileiros-possuem-servicos-do-sus-voltados-para-pessoas-trans.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2024.

PEREIRA, C. F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *RIDH*, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307/168>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PETERS, M. D. J. et al. Revisões de escopo. In: AROMATARIS, E. et al. (ed.). *Manual JBI para síntese de evidências*. JBI, 2024. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 26 out. 2024.

PETRY, A. R. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 36, n. 2, p. 70-75, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/50158/34188> . Acesso em: 26 dez. 2024.

PINHEIRO, M. C. Saúde da população LGBTQIAPN+: demandas e desafios. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 5, n. 11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i11.5865>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PINTO, S. G.; MORAES RÊGO, C. N. de. As barreiras enfrentadas pela população LGBTQIA+ e o reconhecimento da homotransfobia como racismo. *Revista Eletrônica Direito e Política*, v. 16, n. 2, p. 408–436, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/17780/10128> .Acesso em: 27 jan. 2025.

RAVADELLI, N.; SOUZA, J. S. M. de. Política nacional de saúde integral à população LGBT: conhecimentos de discentes da área da saúde. *Revista Ciências Saúde Nova Esperança*, v. 19, n. 3, p. 167-175, 2021. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/714/470> Acesso em: 08 ago. 2024.

REBELLATO, C. *Envelhecimento LGBTQIA+: aspectos conceituais e vivências*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2023. 151 p.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Reflexão e Ação*, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reflex/v24n1/1982-9949-reflex-24-1-00007.pdf> . Acesso em: 08 ago. 2024.

REIS, T. *Manual de comunicação LGBTI*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. 104 p.

REIS, T.; CAZAL, S. (Org.). *Manual de comunicação LGBTI+*. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. Enciclopédia LGBTI+; 1. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2022/01/01-Manual-de-Comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

RUAS, L. R.; DI GREGÓRIO, M. de F. A. Homossexualidade, autoaceitação e “saída do armário”: construções identitárias étnicas de jovens homossexuais do interior de Barra do Choça - Bahia. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 14, p. e14921, 2024. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/921> . Acesso em: 26 jan. 2025.

SAN, M. et al. Avaliação das funções orofaciais do sistema estomatognático nos níveis de gravidade de asma. *Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, v. 24, n. 2, p. 119–124, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2179-64912012000200005> . Acesso em: 27 nov. 2024.

SANCHEZ, R.; MESQUITA, R. Conceitos de acesso à saúde. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 31, n. 3, p. 260–268, 2012. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v31n3/12.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

SANTOS JUNIOR, D. dos; OLIVEIRA, L. B. C. de. O acesso e acolhimento da população LGBTQIA+ na Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Revista de Educação, Pesquisa e Informação em Saúde*, v. 2, p. e0250, 2024. Disponível em: <https://repis.saude.rj.gov.br/repis/article/view/50>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SANTOS, A. *O estado da arte sobre as barreiras no acesso à saúde para travestis e transexuais*. 2016. Monografia (Graduação em Medicina) – Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21370>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SANTOS, H. H. A. N. M. et al. Tradução e avaliação preliminar da versão em português do questionário de autoavaliação vocal para transexuais de homem para mulher. In: CODAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2015. p. 89-96. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20152014093> . Acesso em: 02 dez. 2024.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. da; ROGGE, M.; GASPERI, M. E. Cartilha informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTI: uma análise crítica sobre as políticas públicas migratórias para a comunidade

LGBTQIAP+. In: COELHO, A. C. M.; ALMEIDA, F. A. de (orgs.). *Direitos humanos e sociedade: reconstruções, reflexões e narrativas em pesquisa*. Guarujá: Editora Científica Digital, 2023. v. 1, p. 54–70. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/cartilha-informativa-sobre-protecao-de-pessoas-refugiadas-e-solicitantes-de-refugio-lgbti>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, E. R. da; OLIVEIRA, S. M. de A. de; SILVA, M. G. P. da. Promoção à saúde vocal em homens transgêneros. *Distúrbios da Comunicação*, v. 33, n. 1, p. 173–177, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/49704>. Acesso em: 5 set. 2024.

TREVIZANI, G.; GUIMARÃES, M.; MORETI, F. Inclusão da temática LGBTQIAPN+ na formação acadêmica e nas políticas públicas em Fonoaudiologia. *Distúrbios da Comunicação*, v. 37, n. 1, p. e69677, 2025. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/69677>. Acesso em: 3 jul. 2025.

TRICCO, A. C. et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. In: *ANNALS OF INTERNAL MEDICINE*, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018. Disponível em: <https://www.ovid.com/journals/aime/abstract/10.7326/m18-0850~prisma-extension-for-scoping-reviews-prisma-scr-checklist?redirectionsource=fulltextview>. Acesso em: 26 out. 2024.

WARNER, M. *Medo de um planeta queer: política queer e teoria social*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

ZICA, D. B. C. *Os impactos do preconceito no acesso de travestis e mulheres transexuais aos serviços de saúde*. 2024. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/17424/1/21952789.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

Recebido em: 10/03/2025

Aprovado: 02/09/2025